

Portugal Face a uma Política Marítima da União Europeia

José António Palmeira

Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho

Sob os auspícios de um presidente com a nacionalidade portuguesa, a Comissão Europeia lançou um Livro Verde “Para uma futura política marítima da União: uma visão europeia para os oceanos e os mares”, colocando em debate público a questão, antes de adoptar um conjunto de medidas coerentes para o sector. Citando Tiago Pitta e Cunha, membro do Gabinete do Comissário Europeu para as Pescas e para os Assuntos Marítimos, «esta nova política europeia para o mar pode representar para Portugal – um país que é muito mais mar do que terra – um oceano de oportunidades» [*Expresso*, 18/11/06].

Consciente dessa importância, a Associação Comercial de Lisboa (ACL) anunciou o lançamento de um “*hyper-cluster* do mar”. «Escolhemos a economia do mar como área principal de investimento para Portugal porque consideramos que é o grande recurso que temos - o que nos diferenciará com êxito, se quisermos ter algum sucesso na nossa caminhada europeia», sustenta Bruno Bobone [*Expresso*, 26/05/07], um dos responsáveis do projecto da ACL que assenta num plano estratégico definido por Ernâni Lopes.

Cinquenta anos volvidos sobre o Tratado de Roma, a União Europeia (UE) prepara-se para conceder ao mar a atenção que lhe é devida pelo seu potencial económico e ambiental. Tal como acontece com Portugal, também a UE é mais mar do que terra, o que justifica uma política integrada e global para a vasta zona marítima europeia.

Pela geografia e a história, Portugal é, porventura, o Estado membro que maiores benefícios pode retirar da aposta estratégica da Comissão Barroso. Detentor da mais vasta zona económica exclusiva da UE – devido, sobretudo, ao arquipélago dos Açores – o País pode concertar os objectivos nacionais, em grande medida vertidos em trabalho da Comissão Estratégica dos Oceanos, com as orientações da futura política europeia para o sector, maximizando as suas potencialidades.

Outrora capital de um império com expressão oceânica, Lisboa acolhe hoje a sede da Agência Europeia de Segurança Marítima e procura assumir-se como interface entre a Europa, a África e as Américas, como se constata nas prioridades da agenda portuguesa para a presidência da UE, no segundo semestre de 2007.

Uma aposta europeia na sua componente marítima, dilui os custos da periferia continental de Portugal que vê valorizada a sua importância geopolítica no seio daquele “grande espaço”.

A identidade oceânica de Portugal tem raízes não só na sua história, associada à época dos descobrimentos, mas também na sua envolvimento no sistema internacional, enquanto aliado tradicional da potência marítima dominante e membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) é outro “grande espaço” que dá a Portugal maior centralidade política e cujo aprofundamento reforça o poder do País entre os seus parceiros europeus.

Portugal dá maior profundidade atlântica à UE que já desfruta, em termos de política comum de pescas, do mar sob jurisdição nacional. Assim, embora beneficiário líquido das ajudas comunitárias, Portugal é o principal “contribuinte” para o espaço marítimo europeu, dado que possui a mais extensa Zona Económica Exclusiva de entre os Estados membros.

O triângulo Continente-Açores-Madeira confere relevância geoestratégica a Portugal, tanto no seio da OTAN como da UE, neste caso tanto numa perspectiva económica

(aproveitamento dos recursos marinhos), como no âmbito de uma consolidada Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD).

Uma especialização do País numa “economia do mar”, mediante a formação de um *cluster* de empresas a trabalhar no sector, permitem que Portugal exerça uma “soberania funcional” no contexto de uma futura política marítima europeia.

O facto de Portugal ser uma das fronteiras externas da União, muito próxima do Norte de África, na desembocadura do Mediterrâneo, sublinha a relevância estratégica do território nacional no âmbito de uma PESD.

Pelo exposto se conclui que o mar confere a Portugal uma importância geopolítica significativa e que a União Europeia é beneficiária directa dessa circunstância, facto que atribui poder negocial a Lisboa face a Bruxelas. Daí que para o País pareça decisiva uma aposta na chamada “economia do mar”, de forma a tirar o máximo partido da política marítima europeia.